

## SHOPPING POPULAR

## Jogo de laranjas e cartas marcadas

Segundo a polícia, a associação pagava propina a donos de bancas para que eles vendessem o direito de uso do local, mantendo, porém, o nome no comércio

» MARA PULIZ

**A**s ramificações do esquema de corrupção e venda ilegal de bancas no Shopping Popular podem ser ainda maiores. A Divisão Especial de Combate aos Crimes contra a Administração Pública (Decap) da Polícia Civil investiga a utilização de "laranjas" para confundir os investigadores. Um documento ao qual o Correio teve acesso prevê o pagamento de propina a quem "emprestasse o nome". Na íntegra, o texto informa: "Conforme o combinado, cada pessoa que emprestou o seu nome receberá 10% do valor da banca que está no seu nome e for vendida". Para o chefe da Decap, delegado Flamaron Vidal, essa seria uma estratégia para dificultar a identificação de servidores públicos compradores de boxes no Shopping Popular, o que é proibido por lei, e ainda de encaixar comerciantes de interesse da associação. "O que percebemos é que foi feito um jogo de cartas marcadas", disse Vidal.

Outro documento exibe uma lista com nomes de concessionários. Nele, consta: "Excluir (nome) e trocar por (nome), substituindo ainda por novo Cadastro de Pessoa Física (CPF)". A polícia também apreendeu dois controles de pagamento dos boxes de alimentação do Shopping Popular, de R\$ 510.366,99 e de R\$ 697.057,00. A soma foi considerada muito alta pelo delegado para ser repassada a uma associação representativa. Os comprovantes indicam que os valores seriam pagos a uma empresa responsável pela montagem da estrutura de ferro dos boxes. Para não perder o direito à banca, o vendedor ainda emitia uma declaração, informando os motivos



**Acredito que o insucesso da feira foi proposital. Eles queriam forçar as pessoas a abandonarem o shopping para dar lugar às empresas maiores"**

**Flamaron Vidal,**  
diretor da Divisão Especial de Combate aos Crimes contra a Administração Pública

pelos quais eles se ausentavam. A documentação apreendida ontem pelos agentes que participaram da Operação Fafnir II mostra ainda o grande interesse de particulares em expandir o negócio dentro da feira. Com empresas fortes de diversos ramos instaladas no shopping, seria esperado um boom no comércio, atraindo diversos públicos.

Uma pilha de ofícios com solicitações de empresas para ter um box no local foi encontrada nas gavetas da Associação dos Vendedores Ambulantes do Shopping Popular de Brasília (Asshop), presidida por Caio Donato, um dos presos ontem. Em um dos pedidos, uma firma requisitava cinco bancas para o "desenvolvimento de atividades nos ramos de eletrônicos, manutenção de portáteis em geral, perfumaria, vestuário e artigos pessoais". "Acredito que o insucesso da feira foi proposital. Eles queriam forçar as pessoas a abandonarem o shopping para dar lugar às empresas maiores", disse Flamaron Vidal.

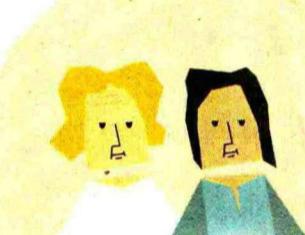
Fotos: Breno Fortes/CB/D.A Press



O delegado-chefe da Decap, Flamaron Vidal (D), e policiais da Operação Fafnir II apreenderam diversos documentos na sede da Asshop

### Esquema milionário

Entenda como era feita a venda de boxes do Shopping Popular



#### 2º passo

Marialva e Edmárcia faziam papel de corretoras. Elas levavam empresas interessadas em comprar boxes no Shopping Popular e vendiam cada um por valores que variavam entre R\$ 6 mil e R\$ 80 mil.



#### 4º passo

Após abrir mão do box, o comerciante assinava uma procuração autorizando outro empresário a ocupar o espaço.



#### 5º passo

Com os documentos nas mãos, Caio Donato os repassava para Chaguinha, que entregava para Elizabeth Guilherme



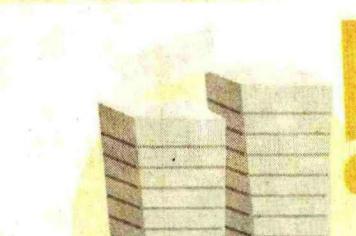
#### 1º passo

Caio Donato mandava e desmandava dentro do Shopping Popular. Conhecido por ter "costas quentes", ele tinha contato direto com Francisco das Chagas, o Chaguinha, então funcionário da Coordenadoria de Serviços Públicos do GDF.



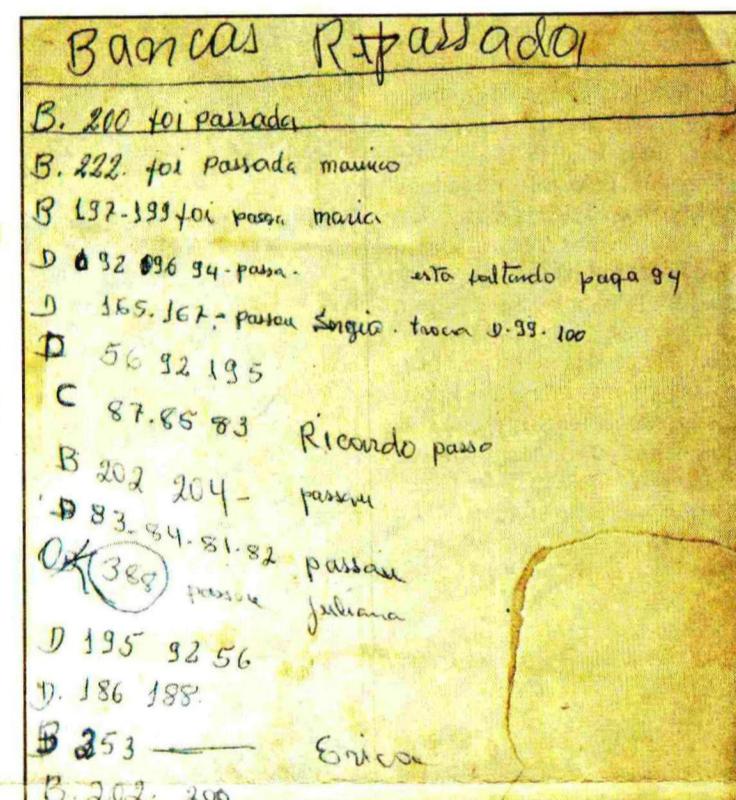
#### 3º passo

O proprietário de box que estava em local privilegiado era coagido a entregar o ponto que seria ocupado por uma empresa específica. O proprietário recebia uma espécie de indenização de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil, para pagar apenas os gastos de construção do box.



#### 6º passo

No cargo de coordenadora de Serviços Públicos do GDF, Elizabeth Guilherme era a responsável por fazer a publicação da mudança de donos de boxes no Diário Oficial do DF.



Lista de boxes que teriam sido repassados: GDF investigará denúncias

### Feirantes vão depor

A Polícia Civil ainda não sabe de quanto foi o golpe aplicado nos donos de concessões de boxes e empresas fixadas no Shopping Popular e quanto de propina cada um dos cinco acusados teria recebido. Todos os feirantes das 1.784 lojas, estejam elas abertas ou não, serão convocados a partir da próxima semana para prestar depoimento. Os investigadores também têm provas de que as bancas eram repassadas a comerciantes que não preenchiam os requisitos para receber licitamente a permissão de uso das bancas. Até agora, a polícia garante que a quadrilha chegou a arrombar alguns boxes que estavam fechados. As mercadorias então eram retiradas.

Por contar com facilidade dentro da Coordenadoria de Serviços Públicos, do GDF, o ex-servidor Francisco das Chagas seria braço direito de Caio Donato na administração da feira e o encarregado de expedir um Auto de Retomada dos Boxes, para que a banca pudesse ser vendida a terceiros. Ainda de acordo com a polícia, as

#### Fora do centro

A obra do Shopping Popular custou R\$ 21,5 milhões e foi inaugurada em 25 de abril de 2008. O complexo de 20 mil metros quadrados foi subdividido em 1.784 lojas e tem um estacionamento capaz de abrigar 1.375 carros. A estrutura foi erguida para abrigar vendedores ambulantes que se amontoavam nas áreas centrais de Brasília. A ideia era manter a fonte de renda dos trabalhadores informais.

ações incluíam desde a retomada à força dos boxes a ameaças de morte aos feirantes que denunciavam o esquema (veja arte). "A quadrilha agia de maneira orquestrada, inclusive para publicação no Diário Oficial do DF, feita por uma servidora pública", disse o diretor adjunto da Polícia Civil, Adval Cardoso. Segundo a Secretaria de Governo, todas as denúncias serão apuradas. Se comprovada a ilegalidade na feira, os feirantes podem perder a permissão de uso da banca. (MP)

Solicitação de Banca para Desenvolvimento Imediato de Atividade de Comércio

A empresa

solicita a V Sa a

disponibilização de 05 (cinco) bancas do Shopping Popular de Brasília, sediada no Parque Ferroviário de Brasília, Plano Piloto, com o objetivo de desenvolver atividades de comércio nos ramos de eletroeletrônicos, manutenção de portáteis em geral, perfumaria, vestuário e artigos pessoais.

Cópia de ofício de empresa que pedia cinco boxes no shopping

Fonte: Polícia Civil

Anderson Araújo/CB/D.A Press